



EM DEFESA DA UNIVERSIDADE, DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DE SOFTWARE LIVRE

Adriane Teresinha Sartori¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este texto apresenta algumas ideias a respeito de universidade, de educação a distância e de software livre, objetivando engrossar movimentos de resistência que buscam construir outras formas de pensar e viver. Resignificação de discursos e posturas políticas mais claras são indispensáveis nesse processo.

Palavras-chave: universidade, educação a distância, software livre, movimentos de resistência.

1. Introdução:

Permito-me pegar emprestado o título do evento, acrescentando a expressão “em defesa”, para discorrer sucintamente sobre os três tópicos (universidade, educação a distância e software livre), à luz de alguns pressupostos atuais, que nos permitirão construir inter-relações entre eles. Sem a pretensão de dizer algo novo, aproprio-me, com a “perda das aspas”, como diria Bakhtin (2003), de ideias que circulam entre nós há algum tempo, em defesa de posturas políticas (ideológicas) mais claras, visando a fazer avançar movimentos de resistência que busquem construir novas/outras práticas para um novo/outro mundo possível.

2. A universidade

Utilizar “a universidade” como subtítulo criará a falsa ideia de que temos uma proposta unitária de ensino superior no Brasil. Na realidade, uma análise superficial da situação apontará para uma classificação, dentre outras possíveis, composta por dois grupos principais: instituições de ensino superior (IES) públicas que, dependentes de verba governamental, desenvolvem ensino, pesquisa e extensão e atendem a um número restrito de estudantes, e as IES privadas, que desenvolvem essencialmente ensino e funcionam como “grandes colégios” e são empresas altamente lucrativas.

Essa forma de conceber o ensino superior é a fórmula descrita pelo Banco Mundial - e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - para solucionar os problemas



dessa área nos países latino-americanos, e o Estado brasileiro tem seguido à risca as orientações desses organismos, como o faz também em relação a outros níveis de ensino. Apenas para ilustrar, transcrevo as quatro principais propostas do Banco Mundial, sintetizadas por Dias (2004, p. 899):

1. Privatizar a educação superior, com a segurança de que “continuarão recebendo prioridade aqueles países nos quais se atribua mais importância aos provedores e ao financiamento privados”.
2. Anular a gratuidade do ensino superior, por meio da cobrança de matrículas.
3. Estimular a criação, no nível pós-secundário mas não universitário, de instituições terciárias mas não universitárias, capazes de organizar cursos mais breves que respondam mais flexivelmente às demandas do mercado de trabalho.
4. Renunciar a transformar o conjunto das universidades públicas em centros de pesquisa.

Essa é atual realidade das universidades brasileiras públicas, que, após momento de expansão, recrudescer à falta de verbas para a pesquisa e para a infraestrutura de trabalho, ao corte de bolsas de iniciação científica, reforçando a necessidade de encontrar saída através da cobrança de matrículas de alunos, por exemplo. O corolário dessa realidade é a subordinação da ciência brasileira à desenvolvida em outros países.

3. A educação a distância

A educação a distância (EAD) é uma modalidade de ensino-aprendizagem que se consolida em meados dos anos 70 (ALONSO, 2005). Apesar do tempo de sua existência, os preconceitos continuam existindo, especialmente no interior das universidades públicas, nas quais “O ensino presencial é considerado como ‘natural’, enquanto a EAD como algo ‘artificial’, sem interação.” (PRETI, 2005, p. 9).

Se o preconceito vigora nas instituições públicas, as privadas, por sua vez, viram na EAD um novo negócio e não perderam tempo em explorá-lo, oferecendo diversos cursos, tornando-se um mercado promissor e lucrativo na atualidade, crescendo 17% ao ano (FEIJÓ, 2017).

A utilização de tecnologias contemporâneas para realizar EAD, sobretudo na indústria educacional, carrega também a ideia de que basta sua utilização para termos a nosso dispor um ensino atualizado, conectado aos “novos” tempos. Há pouco questionamento quanto à concepção de ensino-aprendizagem que sustenta o que se oferece. Como afirma Alonso (2005), cada vez mais será necessário compreendermos os fundamentos da EAD, de modo que possamos promover a



aprendizagem, antes de intensificar “[...] a venda de ‘produtos educativos’ como sendo produtos que, por si só, propiciariam aprendizagens.” (p. 19)

Na esteira desse pensamento, Belloni (2008) identifica, nos modelos de EaD esboçados ao longo do percurso de sua existência, uma ênfase excessiva nos processos de ensino (estrutura organizacional, planejamento, concepção de metodologias, produção de materiais etc.) e pouca ou nenhuma consideração nos processos de aprendizagem (características e necessidades dos estudantes, modos e condições de estudo, níveis de motivação etc.). Isso significa compreender que um computador ligado à internet não é uma tecnologia de aprendizagem. O uso que se faz da tecnologia é que determinará se será um instrumento de aprendizagem ou não. Como bem diz Matte (2009), o ambiente tecnologicamente mais avançado pode ser palco da educação mais conservadora.

Todas essas constatações nos ajudam a pensar que a EAD exige reflexões permanentes e a construção de novas práticas, embasadas em princípios claros, para que possamos garantir aprendizagem (de qualidade) aos alunos. No atual estágio de discussão sobre a EAD, traduz-se em ensinar “[...] a importância do encontro, do aprender juntos, de equilibrar a flexibilidade da aprendizagem individual com a grupal.” (MORAN, 2005, p. 8)

Caminhos precisam ser redimensionados e outros “descobertos” em relação à EAD. A ampliação da compreensão de que é possível estudar e aprender sem a necessidade de um grupo de pessoas encontrar-se em um mesmo espaço físico e ao mesmo tempo é o alicerce sobre o qual a EAD pode avançar, sobretudo nas universidades públicas.

4. Software livre

A não revelação de um código-fonte para reprogramar uma impressora fez Stallman iniciar o projeto GNU para criar um sistema operacional que fosse software livre e fundar o Free Software Foundation (FSF), em 1985, para promover o desenvolvimento e o uso de software livre em todas as áreas de computação (FERREIRA, 2009). Nessa época, tem início a criação de uma rede de colaboradores visando a implementar ações contrárias a grandes grupos econômicos, os quais obrigam seus empregados a assinar acordos que os proíbem



de revelar os códigos-fontes.

A compreensão desse fato nos permitirá entender o motivo da recorrência a quatro liberdades do usuário para explicar o que é um software livre:

- *0: de executar o software, para qualquer propósito que queira;
- *1: de estudar o código-fonte do software e adaptá-lo para que faça o que queira;
- *2: de distribuir o software, da forma como o recebeu, quando queira;
- *3: de melhorar o software e distribuir as melhorias quando queira¹.

Software livre não é software proprietário. Este último, produto de grandes empresas – a Microsoft, por exemplo –, trabalha com a ideia de propriedade, apropriação privada. A comercialização se faz pelas leis competitivas do mercado, e o usuário do software proprietário, quando o adquire, “não sabe que na verdade não comprou um produto, mas uma licença de uso. A propriedade do software continua com a empresa que o desenvolveu.” (SILVEIRA, 2004, p. 10). Afirma o autor que, quando uma pessoa compra uma casa, pode fazer o que quiser com ela, mas não é isso o que ocorre com o usuário do software proprietário, que é locatário de um imóvel que nunca será seu, nas palavras de Silveira (2004).

É importante destacar que um software gratuito não necessariamente é livre. Existem vários que são proprietários, como o Adobe Acrobat Reader e o WhatsApp. Um software livre é desenvolvido de forma colaborativa e em rede por educadores e programadores que disseminam a “cultura livre”, o movimento de utilização – em sentido amplo – de softwares livres. Mesmo que alguém seja apenas um usuário final, possui mérito na comunidade, porque, em última análise, é para todos que esse grupo trabalha (MATTE, 2017).

Os nomes dos principais softwares livres à disposição dos usuários finais são os seguintes, conforme Matte (2017):

- LibreOffice no lugar do Word/Excel/Powerpoint;
- Okular, para leitura e edição de PDF;
- Firefox no lugar de Chrome ou Internet Explorer;
- R, para estatística;
- Telegram no lugar do WhatsApp;
- K3B, para gravação de CD e DVD;
- Freemind, para elaboração de mapas mentais;
- Openshot, para edição de vídeos;
- TuxPaint, para desenhos;
- VLC, para audição e conversão de multimídia.
- Gimp, para desenhos avançados;

¹ As quatro liberdades são frequentemente retomadas em textos que discorrem sobre software livre. Utilizo as palavras de Oliva (2009, p. 86-87).



Oliva (2017), membro da Fundação Software Livre América Latina, defende a utilização de softwares livres, especialmente para evitar o controle que grandes grupos vêm exercendo sobre todos, através de “máquinas” que “administram” nossas mensagens (mesmo sendo privadas), “espionam” nossos acessos a sites, controlando nossos passos online. Utilizar software livre é, portanto, uma opção para que nossa liberdade seja respeitada. Para Matte (2017), os defensores do software livre são pessoas idealistas, que acreditam num mundo diferente, baseado em respeito às individualidades, em valorização do comunitário, em direitos iguais, sem que disso resulte o apagamento das pessoas.

5. Na confluência de universidade, ead e software livre

Nosso modo de viver na contemporaneidade, nos deixa pouco espaço para reflexão, de tal forma que vamos assimilando ideias, sem analisar criticamente o que se diz e por que se diz dessa ou daquela forma. Assim, vamos (re)vozeando e (re)produzindo conceitos massificados, que povoam nossas mentes e vão se alastrando e mantendo uma forma de pensar, porque, como diz Bakhtin/Volochinov (1986), a consciência individual deve ser explicada a partir do meio ideológico e social. São exemplos de frases (re)vozeadas: (1) a universidade pública não é para todos; (2) a EAD não tem qualidade; (3) softwares livres são inferiores.

O confronto dessas frases-feitas com o ideário de outros grupos sociais - que sempre existem nas brechas do instituído e que muitas vezes são minoritários no “poder” que conseguem atingir - nos permitiria refletir sobre elas e mudar concepções e atitudes. Dessa forma, educação, em sentido amplo, é o instrumento essencial para provocar uma mudança de conceitos e atitudes, para favorecer um processo de desnaturalização, de desvelamento da realidade, de “despertar” da consciência, como resume Freire (2011): “[...] a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade; [...] busca a emergência das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade.” (p. 97-98, grifos do autor). Nesse viés, educação é o ponto de confluência das três expressões: universidade, EAD e Software Livre.

A expressão “em defesa” (do título deste trabalho) é fundamental, porque, em tempos de privatizações e Estado mínimo, engrossamos o movimento em defesa da



universidade pública, gratuita, de qualidade e democrática; em defesa da EAD também de qualidade e oferecida pelas instituições públicas; em defesa de software livre, pela liberdade de produzir, utilizar e compartilhar. Em síntese, defender a universidade, a EAD e Software Livre é resistir a discursos e práticas apresentados como “naturais”, e contribuir para, nas brechas da forma de organização política e econômica atual, fazer avançar a luta pela redução das desigualdades, pela liberdade e pela justiça social.

Referências:

- ALONSO, Kátia Morosov. Algumas considerações sobre a educação a distância, aprendizagens e a gestão de sistemas não-presenciais de ensino. In: PRETI, Orestes (Org.). *Educação a distância: ressignificando práticas*. Brasília: Liber Livro, 2005.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BAKHTIN, M. / VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).
- DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Dez anos de antagonismos nas políticas sobre ensino superior em nível internacional. *Educação e Sociedade*, Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, v. 25, n. 88, p. 893-914, out. 2004.
- FEIJÓ, Bruno Vieira. Os novos empreendedores da educação. *Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, 4 jul. 2017.
- FERREIRA, Marcelo. Entendendo o Software Livre. In: MELO, Tiago de (Org.). *A revolução do software livre*. Manaus: Comunidade Sol, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- MATTE, A. C. F. Análise semiótica da sala de aula no tempo da EAD. *Revista Tecnologias na Educação*, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2015/07/pal4-vol1-dez-20091.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.
- _____. *Por que usar software livre seria uma opção educacional?* STIS, 02 set. 2017. (Conferência). Disponível em: <<http://stis.textolivre.org/site/registros/12-stis/registros-das-palestras-logs/131-log-ana-cristina-fricke-matte>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- OLIVA, Alexandre. Liberdades, exclusão e licenciamento de software e outras obras culturais. In: MELO, Tiago de (Org.). *A revolução do software livre*. Manaus: Comunidade Sol, 2009.
- _____. *Bolhatrix*. Universidade, Educação a Distância e Software Livre (UEADSL), 2017 (Conferência).
- PRETI, Orestes. Apresentação. In: PRETI, Oreste (Org.). *Educação a distância: ressignificando práticas*. Brasília: Liber Livro, 2005.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.